



FUNDAÇÃO SANTA CABRINI

Órgão Gestor do Trabalho Prisional

CONCURSO PÚBLICO

ADVOGADO

Data: 14/12/2014

Duração: 4 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo, e a proposta de tema para a Prova Discursiva:

Língua Portuguesa	Conhecimentos Específicos	Discursiva
01 a 15	16 a 50	Tema

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

c) Um **Caderno de Prova Discursiva**.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- Será **eliminado** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, régua, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorrida 3 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

LÍNGUA PORTUGUESA

A FALÁCIA DA GUERRA PELA ÁGUA

Internacionalmente, não existem registros de conflitos por disputa de recursos hídricos, apenas algumas tensões políticas ou diplomáticas em alguns casos específicos. A maior parte das 261 bacias internacionais existentes no mundo é gerida por meio de acordos que asseguram o compartilhamento de suas águas.

É o caso do Tratado de Cooperação da Bacia Amazônica, o Tratado da Bacia do Prata, a Comissão Internacional para Proteção do Rio Danúbio (Europa), a Iniciativa da Bacia do Nilo (África), o Protocolo de Damasco, assegurando o compartilhamento das águas do Rio Eufrates (Oriente Médio), Tratado de Paz entre Israel e Jordânia acerca do compartilhamento do Rio Jordão, entre outros. O mundo já entende que uma bacia hidrográfica deve ser gerida enquanto sistema integrado, independentemente das fronteiras políticas que possa abranger. Observe que, mesmo em áreas onde o recurso hídrico é mais escasso, nunca houve a chamada guerra pela água, nem há perspectiva de que haja, já que as soluções técnicas e de planejamento estão se tornando mais eficientes e mais baratas, sobretudo se comparadas aos custos de uma guerra. Paula Duarte Lopes, em *Água no Século XXI: Desafios e oportunidades*, afirma: “No que diz respeito à água, a última guerra – no sentido clássico do termo – registrada teve lugar entre duas cidades-Estado na Suméria antiga (Umma e Lagash), em 2500 a.C. Não existe qualquer registro histórico de outra guerra entre entidades políticas autônomas ou explicada por motivos hídricos”.

O especialista turco em hidropolítica Dursun Yildiz converge com essa opinião ao afirmar que, “quando olhamos para os trabalhos acadêmicos, podemos ver claramente que a tese da realização da guerra da água parece quase impossível. Esse conceito é mais publicado em revistas e jornais populares”. Afirmar que a água vai acabar, como já vimos, é uma insensatez malthusiana, e atribuir conflitos a uma eventual escassez atende apenas a interesses midiáticos, políticos e ideológicos, pois não se assenta em base científica, mas em uma perspectiva fatalista que talvez tenha maior valor de mercado.

Luiz Antonio Bittar Venturi

(Extraído de: <http://www.cartanaescola.com.br/single/show/456>)

01. A primeira ideia apresentada pelo autor para se contrapor à tese de uma “guerra pela água” se sustenta no argumento de que, na verdade, há:

- A) desperdício inconsequente desse recurso natural
- B) falta de planejamento em sua distribuição entre as regiões
- C) ausência de acordos internacionais efetivos nessa matéria
- D) tensões políticas restritas a algumas regiões pontuais do planeta
- E) negligência dos governantes do chamado terceiro mundo

02. De acordo com o texto, quem defende a ideia de “guerra pela água” supõe que:

- A) esse recurso natural vai acabar
- B) os governos não devem interferir nessa matéria
- C) uma guerra é mais barata do que acordos internacionais
- D) essa é uma realidade antiga na história da humanidade
- E) não há tecnologia eficiente para o tratamento da água

03. Uma palavra que marca um claro distanciamento do autor em relação à disputa por recursos hídricos está adequadamente destacada em:

- A) “É o **caso** do Tratado de Cooperação da Bacia Amazônica” (2º parágrafo)
- B) “assegurando o **compartilhamento** das águas do Rio Eufrates” (2º parágrafo)
- C) “em áreas onde o recurso hídrico é mais **escasso**” (2º parágrafo)
- D) “nunca houve a **chamada** guerra pela água” (2º parágrafo)
- E) “O especialista turco em **hidropolítica** Dursun Yildiz converge com essa opinião” (3º parágrafo)

04. Para o autor, a ampla divulgação da tese de que haveria uma “guerra pela água” se deve principalmente a:

- A) registros históricos encontrados recentemente
- B) estudos cientificamente comprovados
- C) fracasso de intervenções diplomáticas
- D) demagogia do discurso eleitoral
- E) alardes da imprensa popular

05. No primeiro parágrafo, a segunda frase estabelece em relação à primeira frase a seguinte relação:

- A) indica uma opinião mais generalista
- B) comprova com dado objetivo
- C) narra um episódio particular
- D) refuta uma afirmação anterior
- E) manifesta um dilema do autor

06. No segundo parágrafo, a enumeração de Tratados Internacionais tem o objetivo de:

- A) explicitar um ponto de vista oposto ao do autor
- B) exibir um conhecimento desnecessário à discussão
- C) reiterar as deficiências da diplomacia na atualidade
- D) justificar a ausência de planejamento governamental
- E) reforçar a existência de uma gestão compartilhada da água

07. No terceiro parágrafo, uma palavra que revela um julgamento negativo do autor é:

- A) claramente
- B) insensatez
- C) conflitos
- D) eventual
- E) midiáticos

08. O emprego do advérbio “internacionalmente” (1º parágrafo) evidencia uma ideia de:

- A) tempo
- B) perspectiva
- C) consequência
- D) condição
- E) explicação

09. Em “é gerida por meio de acordos que asseguram o compartilhamento de suas águas” (1º parágrafo), a palavra “que” retoma uma expressão anterior. O mesmo processo ocorre com a palavra “que” no seguinte fragmento:

- A) “O mundo já entende que uma bacia hidrográfica”
- B) “Observe que, mesmo em áreas onde o recurso hídrico é mais escasso”
- C) “nem há perspectiva de que haja”
- D) “podemos ver claramente que a tese da realização da guerra da água”
- E) “uma perspectiva fatalista que talvez tenha maior valor de mercado”

10. Uma palavra que contém uma clara intenção crítica é:

- A) compartilhamento
- B) independentemente
- C) planejamento
- D) histórico
- E) fatalista

11. No primeiro parágrafo, o verbo “existem” está no plural, porque concorda com:

- A) internacionalmente
- B) registros de conflitos
- C) disputa
- D) recursos hídricos
- E) alguns casos específicos

12. Em “já que as soluções técnicas e de planejamento estão se tornando mais eficientes e mais baratas” (2º parágrafo), o conectivo destacado expressa o valor semântico de:

- A) explicação
- B) consequência
- C) causa
- D) condição
- E) proporcionalidade

13. No segundo parágrafo, o emprego dos travessões tem o objetivo de:

- A) delimitar o significado de um termo
- B) apresentar uma referência bibliográfica
- C) indicar uma contestação natural
- D) introduzir um comentário contraditório
- E) reivindicar uma ideia ultrapassada

14. No trecho “uma bacia hidrográfica deve ser gerida enquanto sistema integrado”, a palavra “enquanto” pode ser substituída, mantendo a ideia global da frase, por:

- A) na proporção de
- B) ao mesmo tempo em que
- C) na condição de
- D) simultaneamente a
- E) ao contrário de

15. Em “mesmo em áreas onde o recurso hídrico é mais escasso” (2º parágrafo), a palavra “mesmo” é invariável. Essa palavra pode variar em gênero e número em:

- A) Ele mesmo reconheceu a gravidade de seu erro.
- B) O profissional não fez mesmo o que era esperado.
- C) O jovem não gosta de ficar em casa mesmo em dias de chuva.
- D) Mesmo observando as condições adversas, o rapaz decidiu mudar-se.
- E) O parecer confirmou não ser mesmo possível realizar o procedimento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental foi uma das inovações inscritas na Constituição Federal de 1988 e tem, atualmente, sido bastante utilizada como instrumento de realização de direitos básicos do cidadão. Nos termos da Constituição Federal, sua competência é do:

- A) Superior Tribunal de Justiça
- B) Supremo Tribunal Federal
- C) Tribunal Regional Federal
- D) Tribunal Superior Eleitoral
- E) Tribunal de Justiça

17. Dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil está aquele que não está limitado por nenhum outro na ordem interna. Trata-se da:

- A) democracia
- B) cooperação
- C) dignidade
- D) cidadania
- E) soberania

18. Tem sido frequente a discussão por uma reforma política que depende de aprovação pelo Congresso Nacional. Mas a Constituição prevê algumas formas de participação popular, como o referendo e o plebiscito. Além disso, impõe limites de idade para o acesso a determinados cargos públicos. Para Presidente da República, exige um mínimo de:

- A) vinte e um anos de idade
- B) vinte e cinco anos de idade
- C) trinta anos de idade
- D) trinta e dois anos de idade
- E) trinta e cinco anos de idade

19. Nos termos da Constituição, não cabendo *Habeas Data* ou *Habeas Corpus*, será possível a impetração de Mandado de Segurança quando houver:

- A) pretensão resistida
- B) reconhecimento jurídico
- C) direito líquido e certo
- D) ato legal
- E) decisão administrativa

20. A impetração de *Habeas Corpus*, embora, na história constitucional brasileira tenha sido utilizada de forma alternativa, tem, na sua concepção clássica e que consta do texto da Constituição Federal, o intuito de proteger o direito fundamental de:

- A) vida
- B) liberdade
- C) autoridade
- D) propriedade
- E) reunião

21. Quando o Poder Judiciário estabelece, como parâmetro de controle judicial dos atos administrativos, a impossibilidade de invadir o mérito dos referidos atos está aplicando o princípio da:

- A) centralização funcional
- B) separação de poderes
- C) república moderna
- D) democracia participativa
- E) governança corporativa

22. O gerente X, vinculado à Administração Pública, deseja realizar licitação na modalidade concurso. Nos termos da Lei federal nº. 8.666/93, o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será de:

- A) cinco dias
- B) dez dias
- C) vinte dias
- D) trinta dias
- E) quarenta e cinco dias

23. Nos termos da Constituição Federal, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos:

- A) anualmente
- B) bianualmente
- C) trienalmente
- D) quadrienalmente
- E) quinquenalmente

24. O agente J, exercendo função pública, causa danos ao indivíduo K que promove ação indenizatória em face do Estado W. Nos termos da Constituição Federal, é correto assentar que:

- A) o Estado W responde sem nexo de causalidade
- B) o agente J responde objetivamente
- C) o Estado W responde regressivamente
- D) o agente J responde por imprudência
- E) o Estado W responde integralmente

25. Nos termos do Código Civil, os bens destinados ao serviço autárquico são considerados de uso:

- A) comum
- B) especial
- C) dominical
- D) acessório
- E) privado

26. Nos termos da Constituição Federal, constitui tributo exclusivo da competência da União:

- A) a taxa de serviço
- B) a contribuição de iluminação pública
- C) o imposto sobre serviços
- D) a contribuição de intervenção no domínio econômico
- E) o imposto de transmissão de bens imóveis

27. Caso houvesse a instituição de determinado tributo que absorvesse a integralidade da renda do contribuinte, tal imposição não poderia ser acatada por estar caracterizado o denominado:

- A) limitador
- B) valor
- C) confisco
- D) fator
- E) crédito

28. A ação de Consignação em Pagamento possui fundamentos específicos no Direito Tributário com hipóteses previstas no Código Tributário Nacional, dentre as quais desponta a apresentada em razão de:

- A) o credor for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil
- B) pender litígio sobre o objeto do pagamento
- C) o pagamento consistir na tradição de um imóvel, ou em prestações relativas a imóvel
- D) exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador
- E) o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos

29. Nos termos da Lei federal nº. 4.320/64, as receitas tributárias integram as receitas:

- A) patrimoniais
- B) agropecuárias
- C) correntes
- D) industriais
- E) comerciais

30. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida para os Estados o percentual de:

- A) trinta por cento
- B) quarenta por cento
- C) cinquenta por cento
- D) sessenta por cento
- E) setenta por cento

31. Nos termos do Código Civil, salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes. Nessa vedação, não se inclui:

- A) o seccionamento
- B) a mutilação
- C) a alienação
- D) o transplante
- E) o pedantismo

32. Nos termos do Decreto nº. 20.910/32, que regula a prescrição contra a Fazenda Pública, a citação inicial não interrompe a prescrição quando, por qualquer motivo, o processo tenha sido:

- A) extinto
- B) interrompido
- C) anulado
- D) renovado
- E) restaurado

33. Nos termos do Código Civil aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade desde que a mesma não seja superior a:

- A) dez hectares
- B) vinte hectares
- C) trinta hectares
- D) quarenta hectares
- E) cinquenta hectares

34. Nos termos do Código de Processo Civil, o Ministério Público atuará nas causas concernentes a:

- A) previdência
- B) seguridade
- C) casamento
- D) execução
- E) maiores

35. Nos termos do Código de Processo Civil, o juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide, caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à:

- A) álea
- B) lei estrangeira
- C) audiência pública
- D) analogia
- E) licitação

36. De acordo com o Código de Processo Civil, o réu poderá impugnar, no prazo da contestação, o valor atribuído à causa pelo autor. A impugnação será autuada em apenso, ouvindo-se o autor no prazo de:

- A) cinco dias
- B) dez dias
- C) doze dias
- D) quinze dias
- E) vinte dias

37. No procedimento sumário, de acordo com o Código de Processo Civil, é vedada a reconvenção, mas o réu poderá apresentar, no bojo da contestação, o denominado:

- A) articulado contrário
- B) pedido contraposto
- C) bloqueio defensivo
- D) libelo de resistência
- E) ato anômalo

38. A audiência de instrução e julgamento é um dos atos mais importantes do processo em que ocorre a produção de prova oral. De acordo com o Código de Processo Civil, no dia e hora designados, o juiz declarará aberta a audiência, mandando realizar:

- A) o pregão
- B) o leilão
- C) a caução
- D) a reunião
- E) a intimação

39. De acordo com o Código de Processo Civil, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo, far-se-á a liquidação por:

- A) arbitramento
- B) cálculo
- C) aproximação
- D) artigos
- E) perícia

40. O sistema processual prevê uma série de títulos que propiciam a execução. O Código de Processo Civil relaciona vários títulos judiciais, dentre os quais se tem:

- A) o cheque
- B) a duplicata
- C) a nota promissória
- D) a debênture
- E) a sentença arbitral

41. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo permanecer em gozo de licença com percepção de salários por mais de:

- A) cinco dias
- B) sete dias
- C) dez dias
- D) quinze dias
- E) trinta dias

42. Nos termos do Código Penal, é considerado crime praticado por funcionário público contra a administração pública o:

- A) ultraje
- B) estelionato
- C) peculato
- D) incêndio
- E) charlatanismo

43. O Juiz, no processo penal, ao proferir sentença condenatória nos termos do Código de Processo Penal fixará:

- A) indenização penal correspondente aos danos causados pelo autor do delito
- B) genericamente a condenação para apuração em liquidação de sentença
- C) valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração
- D) quantia fixada segundo a equidade de acordo com a possibilidade do acusado
- E) valor correspondente ao pedido formulado pelo Ministério Público na denúncia

44. De acordo com o estatuto da Fundação Santa Cabrini, a formação profissional do interno será elaborada conjuntamente com a Secretaria de Estado de:

- A) Governo
- B) Justiça
- C) Planejamento
- D) Administração Penitenciária
- E) Fazenda

45. De acordo com o Estatuto da Fundação Santa Cabrini, os Planos, Programas e Projetos Especiais da Fundação, assim como as prestações de contas, serão submetidas primeiramente ao:

- A) Presidente
- B) Diretor Executivo
- C) Gabinete Civil
- D) Conselho de Administração
- E) Ministério Público

46. O regime jurídico dos servidores da Fundação Santa Cabrini, de acordo com o seu estatuto, é o:

- A) celetista
- B) estatutário
- C) misto
- D) especial
- E) civil

47. O Presidente da Fundação Santa Cabrini, de acordo com o Estatuto será substituído, nos seus impedimentos, pelo:

- A) Governador do Estado
- B) Secretário de Administração Penitenciária
- C) Secretário de Justiça
- D) Diretor da Fundação
- E) Vice-Presidente

48. Nos termos da Lei de Execução Penal, a assistência jurídica será prestada pela Defensoria Pública:

- A) internamente, em regime integral de vinte e quatro horas
- B) externamente pela instituição de núcleos especializados
- C) internamente com equipes multidisciplinares com psicólogos forenses
- D) externamente com auxílio de advogados voluntários
- E) internamente com apoio de policiais engajados na ressocialização

49. O trabalho, nos termos da Lei de Execução Penal, é considerado um dever social e condição de:

- A) ocupação
- B) premiação
- C) dignidade humana
- D) formalização
- E) afastamento

50. De acordo com a Lei nº. 4.984/2007, do Estado do Rio de Janeiro, a remuneração do trabalho realizado pelos apenados no sistema penitenciário estadual terá destinação de 40% do seu valor para:

- A) despesas pessoais do preso
- B) assistência à família do preso
- C) indenização dos danos causados pelo crime, quando determinados judicialmente e não reparados por outros meios
- D) ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado
- E) constituição de pecúlio

PROVA DISCURSIVA

Utilize o espaço disponível para rascunho neste Caderno de Questões e transcreva o seu texto para o local indicado no Caderno de Prova Discursiva.

Produza um texto, utilizando o mínimo de 30 (trinta) linhas e o máximo de 40 (quarenta) linhas, que atenda a proposta apresentada a seguir.

Tema

O Sistema de Seguridade Social tem previsão na Constituição Federal, em legislação regulamentadora e em decreto que especifica os regimes previdenciários, os segurados e os benefícios. Discorra sobre o tema, abordando fundamento constitucional, o regime de filiação dos presos e os benefícios previdenciários que os mesmos fazem jus indicando os critérios da legislação do Estado do Rio de Janeiro para pagamento.

GRADE DE AVALIAÇÃO	
CONTEÚDO/CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
A- Fundamento Constitucional	0 a 10
B- Regime de Filiação	0 a 10
C- Benefícios	0 a 10
D- Clareza, coesão e coerência	0 a 5
E- Correção gramatical	0 a 5

10

20

RASCUNHO

30

40

RASCUNHO